



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/06/2025 a 26/06/2025

Assunto: "Reforma Administrativa" or "PEC 32, de 2020"

Documento 1/6

98.2025	Sessão Ordinária - CD	02/06/2025-15:48
Publ.: DCD - 6/3/2025 -	Pedro Uczai-PT -SC	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado manifestou preocupação com os rumos do grupo de trabalho sobre a reforma administrativa, alertando para propostas que retiram direitos de servidores públicos e reduzem recursos para áreas essenciais como saúde, educação e o Benefício da Prestação Continuada (BPC). Ademais, defendeu uma reforma que modernize o Estado com transparência, inovação e valorização do funcionalismo, mas sem penalizar os mais pobres. Também rejeitou medidas que, sob o pretexto de ajuste fiscal, aumentem a desigualdade. Encerrou destacando a redução no preço dos combustíveis anunciada pelo Governo como sinal de fortalecimento da economia nacional.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Srs. Deputados, uso esta tribuna, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, por deferência do nosso Líder, o Deputado Lindbergh Farias, para levantar as nossas preocupações, como bancada, diante do grupo de trabalho que vai discutir a reforma administrativa, no diálogo com a reforma fiscal e a responsabilidade fiscal. Os movimentos já acontecem desde a semana passada. A nossa bancada quer se posicionar.

Nossa bancada é, sim, a favor da modernização do Estado brasileiro. Nossa bancada quer, sim, eficiência no Estado e nas políticas públicas. Nossa bancada quer, sim, construir uma reforma administrativa que tenha transparência, que tenha controle social, que tenha concurso público para acesso à carreira do servidor público.

Nossa bancada é a favor da modernização do ponto de vista das tecnologias, da digitalização, de um governo digital, ágil, eficiente em todas as políticas públicas. Portanto, nós queremos, sim, fazer esse debate. Nós queremos enfrentar, com a modernização, possíveis fraudes na área pública. Nós queremos avançar na tecnologia da informação, na inovação, na racionalização das políticas públicas, nas compras públicas, principalmente fortalecendo o



Brasil, a produção nacional, a indústria nacional.

Nós temos clareza sobre a importância de se fazer cada vez mais, como vem fazendo a Ministra Esther Dweck, desde 2023, um processo modernizador do Estado brasileiro, modernizador com profissionalização, com eficiência, com transparência, com concurso público, com inovação tecnológica. Essa condução de um Estado transparente, eficiente, racional, com boa governança, é o horizonte que nós buscamos e colocamos nas políticas públicas.

Agora, a reforma administrativa que nos preocupa é a reforma que retira direito de servidor público, que retira direito do povo brasileiro nas políticas públicas quando sinaliza desvinculação de receita da União na relação com a saúde — o povo brasileiro precisa de saúde pública; desvinculação na área da educação — nossas crianças, nossos adolescentes, nossos jovens precisam de escola e escola com financiamento público; desvinculação do salário mínimo com o Benefício de Prestação Continuada — BPC das pessoas com deficiência neste País inteiro. Desvincular salário mínimo do Benefício de Prestação Continuada significa o quê? Quem vai pagar a conta? Os pobres, as pessoas com deficiência?

Ao proporem retirada de direitos dos trabalhadores para pagar a conta do ajuste fiscal, recaindo sobre os trabalhadores e sobre os mais pobres do País, como também do BPC, das pessoas com deficiência, a nossa bancada se opõe. Nossa bancada também faz críticas: não dá para fazer ajuste fiscal com redução de política pública. Não dá para fazer ajuste fiscal retirando-se direitos públicos do povo brasileiro, principalmente do povo mais fragilizado, como os beneficiários do BPC.

Portanto, temos clareza do que nós queremos, das nossas prioridades como bancada, mas também temos clareza de que não vai ser com a nossa bancada que vão retirar direitos do servidor público. Carreira, valorização do servidor público, eficiência, produtividade, qualidade do serviço público, tudo isso nós defendemos, mas não a retirada de direitos, principalmente para fazer ajuste fiscal. A reforma administrativa não deveria ser só para discutir ajuste fiscal na conta do povo, na conta dos mais pobres, a fim de retirar e desvincular previdência do salário mínimo.

Milhões de brasileiros recebem de aposentadoria um salário mínimo! Olhem os nossos agricultores familiares que recebem um salário mínimo! A grande parte dos aposentados deste País recebem um salário mínimo. É neles que nós vamos colocar a conta? Não! A bancada do Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras se opõe a esse horizonte e a essa direção que querem estabelecer alguns setores neoliberais.

E, por falar em neoliberalismo, lembro que no mundo inteiro o neoliberalismo fracassou. Nos Estados Unidos, na Europa, na China, em qualquer país do mundo o Estado induz o desenvolvimento econômico, o Estado induz as políticas públicas, o Estado induz as políticas econômicas e sociais para fazer um país menos desigual, mais justo, mais igual, mais solidário. Este é o papel



do Estado, um Estado forte nas políticas públicas, forte no controle e na eficiência da máquina pública, forte na modernização e na qualidade do serviço público.

Refiro-me a um Estado forte e, ao mesmo tempo, um Estado que se volte para as políticas públicas, para que possamos enfrentar — quem sabe, aqui neste Plenário? — essa autonomia do Banco Central, que não é autonomia: é subordinação ao capital financeiro deste País, com um dos juros mais altos do mundo. Vamos reduzir a taxa de juros para reduzirmos o déficit público? Vamos reduzir os incentivos fiscais neste País para vários setores que se beneficiaram ao longo do tempo, para termos mais recurso público para fazermos as políticas públicas?

Caminhamos nessa direção, e nessa direção nós nos somamos. Não vai ser retirando o direito do servidor público, não vai ser retirando recursos públicos para as políticas públicas essenciais, não vai ser desvinculando salário mínimo de previdência e salário mínimo de BPC ou desvinculando receitas destinadas à saúde e à educação que nós vamos efetivamente fazer com que a qualidade de vida do nosso povo brasileiro melhore. É nessa direção que a nossa bancada se posiciona criticamente. E, em outra dimensão, junto com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com a Ministra Esther Dweck, com certeza vamos construir alternativas que tragam mais eficiência, mais qualidade no serviço público, mais cuidado com o dinheiro público. Sim, a tudo isso nós somos favoráveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, antes de concluirmos o nosso pronunciamento, não há como não trazermos boas notícias, Deputada Erika Kokay. O Governo anunciou uma redução de 5,6% no preço da gasolina. E já reduziu três vezes este ano o preço do *diesel*.

Caminhoneiros do Brasil, economia e setor produtivo do Brasil, temos boas notícias do nosso Presidente Lula, boas notícias do nosso Governo, que está incrementando e fomentando o desenvolvimento econômico e social, reduzindo o custo de produção, reduzindo o preço da gasolina em 5,6% e que já reduziu o preço do *diesel* em três oportunidades este ano.

Este é o futuro do nosso Brasil, fomentando-se o desenvolvimento, gerando pleno emprego neste País, com recorde de emprego neste País, aumento da renda de trabalhadores e trabalhadoras e redução de custo para o setor produtivo brasileiro.

Parabéns, Presidente Lula! O Governo traz mais um presente para a economia, para o setor produtivo e para o povo brasileiro!



Publ.: DCD - 6/12/2025 -

Gilson Marques-NOVO -SC

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do art. 3º do Projeto de Lei nº 1.694, de 2025, que dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas. Ademais, criticou a carga tributária e o aumento de tributos pelo Governo Federal. Além disso, pediu apoio para a Proposta de Emenda à Constituição, de sua autoria, que busca impedir a criação ou aumento de tributos pelo Governo mediante medida provisória. Por fim, defendeu a reforma administrativa e a redução de despesas públicas.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO orienta "obstrução" também, Presidente.

E quero dizer ao Deputado que me antecedeu que quem detona o trabalhador, quem destrói o trabalhador é o Governo, cobrando metade do que ele produz, do suor dele em tributos, sem entregar nada.

Pergunto ao Deputado: o que o Governo vai entregar a mais com a MP que fez agora?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - O.k.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - O.k., não. Eu tenho 1 minuto, Presidente.

O SR. REIMONT (Bloco/PT - RJ) - Presidente, já que estão em obstrução, V.Exa. poderia abrir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Deputado Gilson, infelizmente não abriu o tempo aqui; foi um erro desta Presidência.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Está desculpado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Claro, vou abrir, e V.Exa. terá 1 minuto, sem problemas.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Obrigado.

O SR. REIMONT (Bloco/PT - RJ) - Pode abrir a votação, Presidente?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - É 1 minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Enquanto



isso, Deputado Gilson, a Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos.

Está iniciada a votação.

Deputado Gilson, V.Exa. tem 1 minuto para orientar pela bancada do NOVO.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ao Deputado Sóstenes, que fez um excelente discurso, alguma iniciativa para proibir o Governo de abusar do brasileiro, como a criação de impostos por MP. Eu tenho uma proposta que já conta com 96 assinaturas. Nós precisamos de 171 assinaturas. Isso é para fazer o quê? Para proibir o Governo de criar e aumentar imposto na canetada.

Nós temos 96 assinaturas. Eu tenho o código aqui. Por favor! Caso isso já estivesse aprovado... Se evitar novas despesas é uma prioridade desta Câmara, como disseram inúmeros partidos, como disse o Presidente, e a reforma administrativa serve justamente para cortar despesas, como é que, em vez disso, criam-se novas despesas? Isso é muito pior, como diz o Deputado Hildo Rocha, do que não votar a reforma ou se dizer contra o aumento de tributos, porque está autorizando a criação do tributo.

A orientação é "obstrução".

Documento 3/6

104.2025

Sessão Ordinária - CD

12/06/2025-10:32

Publ.: DCD - 6/13/2025 - Hildo Rocha-MDB -MA

BREVES COMUNICAÇÕES
BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou preocupação com a lentidão nas prisões relacionadas ao esquema de fraudes contra aposentados e pensionistas, mas demonstrou confiança no trabalho da Polícia Federal. Alertou para a possibilidade de uma reforma administrativa que desvincule o reajuste das aposentadorias do salário mínimo, medida que classificou como injusta, imoral e desumana. Acrescentou que essa proposta afetaria diretamente o poder de compra de milhões de idosos, comprometendo gastos básicos como alimentação, medicamentos e transporte. Ao final, conclamou seus pares a rejeitarem a ideia, afirmando que não permitirá esse retrocesso.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Deputada Benedita da Silva, é uma honra e um orgulho muito grande poder



falar na tribuna da Câmara no dia de hoje, quando V.Exa. preside esta sessão.

Sras. e Srs. Deputados, algumas pessoas me procuram, principalmente no Maranhão, para saber como está o andamento da investigação em relação ao roubo dos aposentados e pensionistas do Brasil. Sinceramente, eu acredito muito na Polícia Federal. A Polícia Federal está trabalhando fortemente para levar as pessoas que cometeram esse crime, esse roubo contra os aposentados, para a cadeia.

O que incomoda a população — e sou muito questionado por isso — é por que ainda não foi preso ninguém. E eu tenho dito que é porque a Polícia Federal ainda está fazendo a investigação, para que não se cometa nenhum tipo de injustiça. Eu tenho certeza de que as pessoas que fizeram essa maldade contra os aposentados e pensionistas vão pagar por isso. Não tenho dúvida em relação a essa questão.

Mas o que me apavora e me atormenta é a informação que eu recebi de que existe um grupo de Deputados e Deputadas que querem maltratar mais ainda os aposentados e pensionistas do INSS, Deputada Benedita da Silva. O que eles estão arquitetando? Dizem que vai haver uma reforma administrativa, e a primeira providência deles para cortar despesa sabe qual é? Congelar o salário dos aposentados e pensionistas do INSS.

Isso não pode passar na Câmara, e não acredito que passe. Eles querem desvincular o reajuste do salário mínimo das aposentadorias e pensões. Se isso ocorrer, vai levar à morte vários idosos e idosas que vivem dessa aposentadoria, que compram seus medicamentos e pagam o plano de saúde com esse dinheiro da aposentadoria. Essas pessoas ganham menos de 5 mil reais por mês, não são ricas, e precisam dessa aposentadoria, precisam que a sociedade reponha para elas o que contribuíram durante 25 anos, 30 anos, 35 anos da vida. Quando contribuíram, elas o fizeram com base no salário mínimo atual. Então, os aposentados não podem receber menos do que aqueles que estão em atividade, porque é uma injustiça. Isso é ilegal e imoral. Acredito que seja uma imoralidade esses Deputados e Deputadas pensarem em fazer tal maldade contra os aposentados e pensionistas do País.

Eu acredito, Deputada Benedita, que V.Exa. irá defender a causa dos aposentados, como vem fazendo, assim como eu, Deputado Hildo Rocha, entre outros Deputados. Nós não vamos permitir que tal fato aconteça no País, porque seria uma desumanidade enorme. Nós não podemos aceitar que o poder de compra do aposentado diminua. Se o benefício dele não for reajustado de acordo com o reajuste do salário mínimo, o poder de compra do aposentado e pensionista vai diminuir. Isso significa menos alimento, menos recursos para adquirir um medicamento, menos recursos para comprar uma passagem para visitar um filho, um neto. Então, isso é um golpe de morte nos aposentados. Espero que esses Deputados e essas Deputadas reflitam melhor. Há outras formas de fazer com que haja um equilíbrio maior dos gastos do Orçamento da União.



Por isso, Sra. Presidente, Deputada Benedita da Silva, faço este pronunciamento na data de hoje, pedindo a esses Deputados e a essas Deputadas que reflitam melhor. Essa maldade não vai passar pelo Plenário da Câmara.

Desejo, Sra. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 4/6

13.2025.N	Sessão Ordinária - CD	17/06/2025-16:46
Publ.: DCN - 6/18/2025 -	Bia Kicis-PL -DF	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou a Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País e dá outras providências, como prejudicial ao setor produtivo e à população de baixa renda. Ademais, reprovou a tributação das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), responsáveis por 43% do crédito rural privado, o que encareceria os alimentos e agravaria o custo de vida. Além disso, rejeitou a ideia de que a agricultura brasileira dependa de renúncias fiscais e acusou o Governo Lula de empurrar o ajuste fiscal sobre os mais pobres, ao propor a redução do prazo para concessão do auxílio-doença. Adicionalmente, defendeu cortes de gastos e uma reforma administrativa real. Comemorou também a aprovação da urgência do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 214, de 2025, que visa sustar o decreto do Governo sobre o aumento do IOF. Manifestou ainda apoio às mães de crianças com deficiência decorrente do vírus Zika, apoiando a derrubada do Veto Total nº 2, de 2025, aposto ao Projeto de Lei nº 6.064, de 2023, que dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991. Outrossim, afirmou que manterá, por força de acordo, o Veto Parcial nº 46, de 2024, aposto ao Projeto de Lei nº 4.614, de 2024, que restringe o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e limita o aumento real do salário mínimo às regras do arcabouço fiscal, entre outras medidas. Por fim, defendeu a derrubada do Veto Total nº 38, de 2024, aposto ao Projeto de Lei nº 8.949, de 2017, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para dispensar o segurado do Regime Geral de Previdência Social e o beneficiário do benefício de prestação continuada da reavaliação periódica das condições da concessão do benefício quando a



incapacidade for permanente, irreversível ou irrecuperável e para determinar a participação de especialista em infectologia na perícia médica de pessoa com síndrome da imunodeficiência adquirida.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.)
– Presidente, obrigada por esta oportunidade.

Apenas fazendo uma pequena correção: é o tempo de Liderança da Minoria, porque o nosso Líder, Deputado Sóstenes, ainda vai usar o da Liderança do PL.

Eu venho aqui e subo a esta tribuna, Sr. Presidente, para falar contra a MP taxa tudo.

Na semana passada, as frentes que são favoráveis ao Brasil que produz, aqueles brasileiros que investem, se reuniram para fazer uma grande manifestação pela devolução da MP 1.303 – aliás, o número dessa MP já diz a que veio, né? –, de 2025.

Essa MP é repleta de maldade, Sr. Presidente, maldades com o povo, principalmente o povo mais pobre e o povo que produz neste país. Entre as maldades contra os segmentos produtivos da nossa economia, ela tributa as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). Elas representaram 43% do crédito rural privado no ano passado, reforçando o Plano Safra, senhores, em R\$108 bilhões.

Duas informações importantes: o crédito rural mais caro encarece o preço dos alimentos, sacrificando ainda mais o orçamento das famílias brasileiras, que já estão arrochadas, tendo que pagar muito mais para botar comida na mesa. Estão aí o preço do cafezinho, o preço do feijão, o preço da carne, que não deixam mentir. E dados da OCDE também mostram que apenas 3,1% da receita agrícola brasileira vem de apoio público, desmentindo os boatos propagados pela esquerda, que é inimiga do agronegócio, segundo os quais a nossa agricultura é sustentada por renúncias fiscais.

Nós repudiamos a solução encontrada pelo Governo de empurrar o custo do ajuste fiscal contra as parcelas mais carentes da população, reduzindo de até seis meses para apenas 30 dias o prazo para o auxílio-doença. O ajuste fiscal, para valer, precisa cortar gastos, cortar despesas, e o Ministro Haddad e o Lula, que passeiam por aí, não querem nem saber de corte de gastos, é uma coisa impressionante. Eu acho que eles têm alergia a isso, corte de gastos, corte de despesas. Uma verdadeira reforma administrativa só vai acontecer com corte de gastos. O resto é conversa mole, e a população não aguenta mais conversa mole.

Sr. Presidente, então, a gente pede a devolução dessa medida provisória ou, caso ela não seja devolvida, pelo menos, a sua derrubada por este Congresso. Nós vamos derrubar o IOF. Ontem, aprovamos a urgência do PDL que vai derrubar esse decreto do IOF. Foi uma resposta retumbante. Foi acachapante o



resultado para a derrubada, para a urgência dessa derrubada.

Para concluir, eu me refiro às mães do BPC, do zica vírus, das crianças vítimas do zica vírus, que estão aqui, lutando pelo seu direito. É uma covardia o que este Governo fez de vetar os projetos que dão, que asseguram esse direito a elas. Nós estamos aqui para derrubar o veto da questão do zica vírus, na questão do BPC também. Nós estamos aqui para derrubar os vetos. Veto 38, Veto nº 2... E, quanto àqueles que foram adiados, o 4 e o 46/2024... O 46/2024 nós vamos manter, porque ele foi fruto de um acordo que foi construído, e nós trabalhamos muito em prol dessas mães, dos pais e das crianças.

Então, quero cumprimentar vocês, mães, pais, que estão aqui lutando incessantemente. Dizemos que estamos trabalhando por vocês. Não vamos esquecer de vocês nem por um dia. Meu abraço a vocês, em especial para a Luciana, para o Bernardo, que é autista, que está aqui, para vocês, que não abrem mão dessa luta. Parabéns e contem conosco!

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Documento 5/6

109.2025	Sessão Ordinária - CD	18/06/2025-12:00
Publ.: DCD - 6/19/2025 -	Adriana Ventura-NOVO -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou a decisão do CNJ que determinou a aposentadoria compulsória do juiz federal Marcelo Bretas, apontando que ele teria sido punido por sua atuação no combate à corrupção. Defendeu a valorização de servidores públicos eficientes e vinculou o caso ao debate da reforma administrativa em curso na Câmara, sob coordenação do Deputado Pedro Paulo. Também criticou medidas do Governo Federal, como o aumento de gastos com supersalários e servidores, além da retirada de dados do portal Transferegov.br, o que comprometeria a transparência e facilitaria irregularidades. Manifestou indignação com a condução do Governo Lula, mencionando censura, falta de transparência e fragilidade no enfrentamento à corrupção. Pediu ação do Congresso para reverter o cenário que classificou como alarmante.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Eu li uma notícia que saiu no dia 4 de junho que dizia: *CNJ condena juiz*



Bretas a aposentadoria compulsória.

Está em curso, nesta Casa, o Grupo de Trabalho da reforma administrativa, que está sendo conduzido pelo Deputado Pedro Paulo. O debate da reforma administrativa é extremamente necessário, porque nós sabemos que a nossa carga tributária é do tamanho do Brasil, que, aliás, é inchado e ineficiente. Então, este debate é sério, porque o objetivo aqui é fazer com que o serviço chegue à ponta, para o cidadão brasileiro.

E precisamos premiar o bom servidor. Porém, quando vemos que um juiz federal como Marcelo Bretas, que fez um excelente trabalho, foi corajoso, enfrentou corporações, enfrentou bandidos, colocou bandido na cadeia, é condenado à aposentadoria compulsória por praticar a justiça, por colocar bandido onde bandido tem que estar, realmente dá desânimo. Nós nos perguntamos: "*Gente, tudo isso vale a pena?*" O nosso País está de pernas para o ar!

Eu nem estou entrando aqui na questão da aposentadoria compulsória, que por si só é uma vergonha. O Marcelo Bretas está sendo injustiçado, está sendo aposentando de uma maneira forçada, porque ele foi corajoso. E os bandidos estão soltos.

Vejam aqui quem o nosso País está privilegiando, nestas notícias: *PL dos supersalários institucionalizaria R\$ 7 bi em penduricalhos*. Outra: *Senado aprova reajuste de servidores; impacto será R\$ 74 bi em três anos*. Outra: *Ministério cria "pedágio" de 2% para liberar emenda parlamentar*. E a pior de todas, na minha visão: *Governo Lula restringe acesso a informações de convênios e emendas*.

Que País é este? Que vergonha! Que vergonha está dando de ser brasileira com este Governo! Que vergonha! Este é um Governo em que a transparência é exceção! Simplesmente tiraram do Transferegov.br informações de acompanhamento de emendas, convênios e contratos. Colocaram sigilo, provavelmente, para fazer maracutaia, porque quem não deve não teme. E transparência é o melhor detergente contra a corrupção.

Eu fico olhando isso e não sei onde vamos parar. Eu me questiono aqui: se ele tem coragem de tirar 600 bilhões de reais de uma plataforma na qual checamos a movimentação do dinheiro, onde este País vai parar, com caixa dois, com fundo privado, com falta de transparência e sigilo?

Presidente Lula, eu tenho vergonha do seu Governo! Por favor, transparência já!

Precisamos voltar a questionar quais são as boas práticas deste País, porque os bandidos são soltos ou vão jantar no Planalto, muito inocente vai para a cadeia e juiz corajoso é aposentado de maneira forçada.

Deixo aqui toda a minha solidariedade ao Juiz Federal Marcelo Bretas.



Agradeço a ele a coragem e o trabalho que prestou à Nação. E não só ele, mas também todos os corajosos da Operação Lava-Jato, que, infelizmente, foi desmontada, crucificada, e depois todos os heróis viraram bandidos e estão sendo perseguidos.

A corja da quadrilha de plantão está fazendo de novo o aparelhamento, está silenciando pessoas, está colocando censura na imprensa e está colocando bandido nas ruas. E os inocentes, ou estão dentro de casa com medo, ou, infelizmente, estão condenados, presos ou foragidos. Estou com vergonha deste País!

Quero fazer um pedido a esta Casa, porque, se esta Casa não tomar uma atitude, ninguém vai tomar. Os bandidos de plantão não vão tomar. Todos os que estão sentados em cadeiras de Presidente precisam tomar uma atitude. E esta Casa tem a responsabilidade e o dever de fazer com que isso seja revertido, porque o Brasil está dando vergonha.

Obrigada, Presidente.

Documento 6/6

109.2025	Sessão Ordinária - CD	18/06/2025-12:04
Publ.: DCD - 6/19/2025 -	Erika Kokay-PT -DF	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada defendeu as ações do Governo Lula e criticou o que chamou de tentativa de desqualificar os avanços recentes do País. Citou dados positivos como a elevação da projeção de crescimento do PIB pelo FMI, a queda no desemprego, a redução do desmatamento e o aumento de investimentos no Programa Mais Médicos. Rebateu críticas à taxaçoão dos mais ricos e afirmou que o Governo busca justiça tributária, propondo isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Criticou ainda a proposta de reforma administrativa que penalizaria os servidores públicos, e defendeu o fortalecimento do Estado como ferramenta de combate à desigualdade. Também se posicionou contra medidas que, em sua visão, favorecem a elite e prejudicam o acesso à saúde, educação e aposentadoria digna da população.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Há um discurso único entre os que aqui estão que tenta negar o que nós estamos vivenciando no Brasil.

É bom lembrar que o FMI está elevando a projeção de crescimento do PIB do Brasil para 2,3%, em 2025. Essa é a estimativa que está posta pelo FMI. Além



disso: o Brasil alcançou o primeiro lugar, entre os 26 países pesquisados, no Programa de Descarbonização da Indústria; o auxílio-gás começa a ser pago nesta segunda-feira; o País atingiu o menor desemprego dos últimos 2 anos; houve redução, pela metade, do desmatamento na Amazônia; e dobrou o investimento no Programa Mais Médicos, que está levando médicos e médicas para todos os cantos deste Brasil. Este é o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva com o qual eles não se conformam.

Eles deixaram um rombo fiscal no País de bilhões de reais. Além disso, utilizaram recursos que seriam destinados a precatórios. Deram um calote de quase 90 bilhões de reais em precatórios. Ao mesmo tempo, sujeitaram o povo brasileiro, que não conseguia comprar gás, a utilizar álcool. Porém, a partir do dia 16, as pessoas começam a receber o auxílio-gás. O Governo Lula é um Governo que se abraça com o povo brasileiro.

Aqui eles falam do agro, mas nunca houve um Plano Safra Empresarial que disponibilizasse tantos recursos para o agro como no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Este Governo também destinou recursos para a agricultura familiar, porque a agricultura familiar é quem alimenta o povo brasileiro, é quem produz e quem emprega. Portanto, nós estamos vivenciando medidas do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva que vão fazer com que o Brasil abrace o seu próprio povo.

Aqui eles resistem a isso. Por exemplo, eles não querem taxar os super-ricos. Acham que rico não precisa pagar imposto. Acham também que não é preciso haver Imposto de Renda sobre lucros e dividendos. Acham que é normal que um banqueiro, proporcionalmente, pague menos imposto do que um assalariado.

O Governo Lula encaminhou para esta Casa a proposta de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. Este Governo está fazendo valer o que foi dito na campanha, que era preciso colocar o rico no Imposto de Renda. Por que se cria aqui um cordão de proteção à não taxação dos ricos? Aqui se cria este cordão.

Aqui eles dizem: *"Vitória! Derrotamos o aumento do IOF, ou o decreto do IOF!"* Essa é uma derrota para o povo brasileiro. O Governo Lula é comprometido com o equilíbrio fiscal, mas sabe que não se tem que taxar o aposentado como eles querem. Eles estão dizendo que é preciso desvincular o reajuste da aposentadoria do reajuste do salário mínimo, ou seja, querem congelar as aposentadorias, em razão de um rombo do INSS que começou no Governo Bolsonaro. O rombo começou lá. As entidades que estão sendo investigadas multiplicaram, no Governo Bolsonaro, o rombo que está sendo atacado pelo Governo Lula.

Aqui dizem: *"É preciso que haja uma reforma administrativa"*. O que eles querem? Eles querem o Estado do compadrio? Eles querem ressuscitar a PEC 32, a PEC do Estado a serviço dos governantes, do Estado a serviço da iniciativa privada? É isso que eles querem? Eles querem destruir o Estado na



concepção de Celso Furtado, o Estado para enfrentar os problemas nacionais, para dar dignidade ao povo brasileiro? O que eles querem, em verdade? Eles querem atacar o servidor público, que efetiva as políticas públicas?

É preciso que esta Casa, todo dia, homenageie os servidores e as servidoras deste País, porque são eles que estão efetivando as políticas públicas que são fundamentais para que nós possamos fechar o ciclo das casas grandes e senzalas. Aqui querem atacar o servidor público. Dizem: "*Vamos cortar despesas!*" Ora, nós temos quase meio trilhão de reais, ou por volta disso, de isenção fiscal neste País, mas eles não falam disso. Existe aqui a defesa da não taxação dos super-ricos, mas eles não falam disso, porque eles estão abraçados com o andar de cima, não querem taxar o andar de cima e querem penalizar a população brasileira ou querem penalizar o Estado, sendo que é o Estado que faz com que nós tenhamos o desenvolvimento social.

Essa concepção de Estado para enfrentar os problemas nacionais, para enfrentar a desigualdade eles não aceitam. Falam em Estado mínimo, mas não para a elite. O Estado que eles defendem não é mínimo para a elite, é mínimo para o povo brasileiro. O Estado que eles defendem é para tirar os pisos obrigatórios de recursos para a saúde e para a educação. Eles querem deixar o povo sem educação, querem deixar o povo sem aposentadoria digna, querem atacar servidores e servidoras que precisam ser valorizados e ter o devido respeito desta Casa.

A reforma administrativa para penalizar o servidor terá a nossa oposição, como teve a PEC 32, que nós conseguimos tirar da agenda desta Casa pela compreensão da sociedade de que quem enfrentou a pandemia foram os servidores e as servidoras. Por isso, as nossas homenagens aos servidores e às servidoras.

E temos convicção de que aqui eles não vão penalizar servidores, servidoras e o povo brasileiro, em função do compromisso que têm com os super-ricos deste País.